



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



EDIÇÃO Nº 11 – AGOSTO A DEZEMBRO/2025

A **Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA)** tem como objetivo fortalecer e aprimorar a atuação dos órgãos do Ministério Público brasileiro na tutela do meio ambiente, repressiva e preventiva, de modo a facilitar a integração e o desenvolvimento da instituição nessa temática de singular relevância. A CMA foi criada pela **Resolução CNMP nº 145/2016** e tornada definitiva pela **Emenda Regimental nº 20/2019**.

Composição:

Ivana Lúcia Franco Cei
Conselheira Presidente

Tarcila Santos Britto Gomes (promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás)
Membro Auxiliar

Karina Fleury Curado Simas Cavalcanti
Andreza Silva Fernandes Araújo
Servidoras

Daniela Chrysthiane de Oliveira Gomes
Apoio Administrativo



EVENTOS REGIONALIZADOS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

A Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público vem desenvolvendo, desde novembro de 2023, um projeto de abrangência nacional voltado a estimular os Ministérios Públicos a promoverem seminários regionalizados sobre as mudanças climáticas e as crises a elas associadas.

A iniciativa tem por objetivo fortalecer a abordagem da temática em todos os estados brasileiros, ampliar a articulação interinstitucional e promover a divulgação do manual de atuação e da obra sobre aspectos doutrinários elaborados pela Comissão. Busca-se, ainda, capacitar os membros do Ministério Público para o enfrentamento dos desafios decorrentes dos desastres socioambientais e dos eventos climáticos extremos.



Nesse contexto, foi realizado, no dia 28 de novembro, o “Seminário de Mudanças Climáticas 2025”, promovido pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com o apoio da Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público. O evento teve por objetivo fomentar um debate qualificado sobre os desafios e as estratégias de enfrentamento da crise climática, reunindo membros do Ministério Público, especialistas e representantes de instituições parceiras.



As exposições contaram com painelistas representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Poder Executivo Federal e Local, além de especialistas oriundos de outros segmentos, que abordaram temas como o Direito dos Desastres, Planos de Contingência e Protocolos de Emergência, Ciência e Informação Climática, Instrumentos



para Prevenção de Desastres, Prevenção, Preparação e Resposta aos Desastres, bem como, Transição Energética e Litigância Climática.



Como fruto dos debates, foi lançada a **III Carta de Porto Alegre sobre Desastres e Crise Climática**, documento que consolida as principais diretrizes debatidas no Seminário. Entre os eixos centrais e diretrizes da Carta, sobressaem-se: o aprimoramento da governança climática nas esferas municipal, estadual e federal, mediante a articulação de planos diretores, de

contingência e de adaptação; a qualificação de agentes públicos e gestores municipais para a formulação de planos efetivos, com ampla participação social; o incentivo à produção científica e à gestão qualificada de dados climáticos, com a valorização de centros de pesquisa e universidades; o enfrentamento à desinformação climática por meio de ações educativas e estratégias de comunicação; a promoção da restauração ambiental em áreas afetadas por desastres e a salvaguarda do patrimônio cultural em situação de risco; o estímulo a uma transição energética justa, especialmente em territórios dependentes da atividade carbonífera; e o fortalecimento do arcabouço jurídico voltado à redução do uso de combustíveis fósseis e ao cumprimento dos compromissos climáticos assumidos em âmbito internacional.

Assista [aqui](#) a gravação da transmissão do evento:

MPRS promove debate sobre estratégias de enfrentamento da crise climática

MPRS reafirma compromisso com a justiça climática e lança a III Carta sobre Desastres e Crise Climática

Informações e Fotos: MPRS



ATIVIDADES PREPARATÓRIAS E PARALELA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO PARA A COP-30

A Comissão do Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) tem promovido esforços para estruturar uma atuação estratégica e integrada dos Ministérios Públicos no enfrentamento das mudanças climáticas, tanto no plano normativo quanto na prática institucional.

Nessa perspectiva, acompanhou com especial atenção a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), ocorrida em novembro, no Estado do Pará, em razão da relevância do evento para o fortalecimento das políticas climáticas e para a construção de estratégias globais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas.

No âmbito interno, foram realizados eventos preparatórios à COP-30, voltados para membros do Ministério Público. Os dois encontros preparatórios, promovidos pela CMA/CNMP em parceria com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público Ambiental e outras instituições correalizadoras, aconteceram em agosto, no Ministério Público do Estado do Amapá, e em setembro, em Brasília, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público.

Um terceiro evento, paralelo à realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), foi realizado sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), no dia 18 de novembro de 2025, na cidade de Belém, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) e com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).





Evento Preparatório para a COP-30 “Construindo Caminhos para a COP-30: O Papel do Ministério Público brasileiro para a Sustentabilidade Climática”, realizado nos dias 12 e 13 de agosto de 2025, na Unidade Sesi Amapá – Teatro do Sesi, em Macapá/AP.

Durante dois dias de debates interinstitucionais, o seminário “Construindo Caminhos para a COP 30: o papel do Ministério Público Brasileiro para a Sustentabilidade Climática” reuniu, em Macapá, especialistas de diversas regiões do país para

discutir temas como justiça climática, transição energética, proteção da Amazônia e os impactos socioambientais decorrentes das mudanças climáticas.

Na cerimônia de abertura, os anfitriões — o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá, Alexandre Monteiro; a procuradora de Justiça, conselheira e presidente da Comissão de Meio Ambiente do CNMP, Ivana Cei; e o presidente da ABRAMPA, Luciano Loubet — proferiram as saudações iniciais e deram as boas-vindas aos participantes.

Assista **aqui** a íntegra do evento.



(Imagens: Assessoria de Comunicação do Ministério Público do Amapá)





Evento Preparatório para a COP-30 “O Brasil na trilha da descarbonização: atuação estratégica para o equilíbrio climático”, ocorrido no Auditório do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília/DF, no dia 11 de setembro.



Na abertura, as autoridades presentes reconheceram que o planeta enfrenta um cenário de urgência climática, que demanda respostas rápidas e em grande escala, e que o Ministério Público desempenha papel fundamental nesse processo de transformação. O encontro reuniu membros do MP e representantes de instituições

parceiras, reforçando o protagonismo da instituição na agenda climática nacional.

As palestras magnas foram proferidas pelo chefe da Divisão de Negociação Climática do Departamento do Clima do Ministério das Relações Exteriores, Bruno Carvalho Arruda, e pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) José Godofredo Pires dos Santos.





Os painelistas abordaram temas como a transição energética e o licenciamento ambiental, incluindo a análise do denominado Projeto de Lei da Devastação; a avaliação de impactos climáticos; e o combate ao desmatamento, com destaque para políticas públicas voltadas à redução das taxas de desmatamento, o aprimoramento das ações

de supressão vegetal (ASV) e a adoção de estratégias de reparação de danos climáticos. Na ocasião, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) realizou breve apresentação de uma nova calculadora de emissões.

Também foram discutidas questões relacionadas à governança fundiária e socioambiental, com ênfase nos desafios relativos à transparência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), à rastreabilidade de cadeias produtivas e à destinação de terras públicas.

Transmitida pelo canal do CNMP no YouTube, a atividade integrou o Circuito CNMP 2025.

Assista **aqui** a íntegra do evento.



BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



Um terceiro evento, paralelo à realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), foi realizado sob a coordenação do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), no dia 18 de novembro de 2025, na cidade de Belém, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CMA/CNMP) e com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).



A Conselheira Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Ivana Cei, participou da abertura do evento. Na ocasião, destacou que a possibilidade de o Ministério Público brasileiro debater a COP-30 diretamente na Amazônia constitui um avanço de grande relevância: “A Amazônia é um tesouro do Estado brasileiro, que contempla o maior índice de água potável do mundo e onde temos uma biodiversidade maravilhosa”.

Assista **aqui** a íntegra do evento.

(Imagens e informações: ASCOM/MPPA)



Conselho Nacional do Ministério Público
SAFS, Quadra 2, Lote 3. Edifício Adail Belmonte
Brasília-DF - CEP: 70070-600



(61) 3366-9263
(61) 3366-9825



meioambiente@cnmp.mp.br

Notícias relacionadas:

- **Comissão de Meio Ambiente do CNMP discute participação do Ministério Público na COP-30**
- **O papel do MP brasileiro para a sustentabilidade climática é tema de Seminário no Amapá preparatório para a COP 30 - Conselho Nacional do Ministério Público**
- **Para autoridades presentes no 2º Evento Preparatório à COP-30, MP é peça essencial na construção de um país descarbonizado - Conselho Nacional do Ministério Público**
- **Evento 'MP na COP30' reúne especialistas para discutir justiça climática na Amazônia e no Brasil**

PUBLICAÇÕES

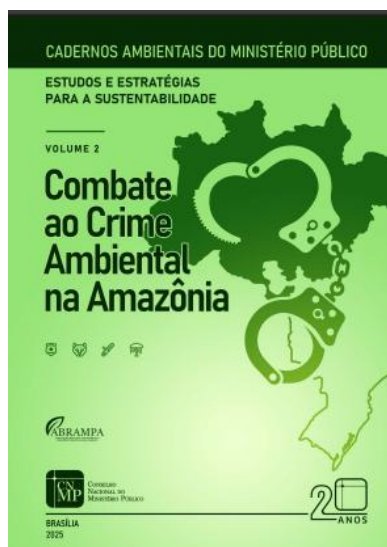
CADERNOS AMBIENTAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO: ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE

A iniciativa dos “Cadernos Ambientais do Ministério Público: estratégias para a sustentabilidade” foi concebida com a finalidade de fornecer orientações práticas e objetivas para a atuação dos membros do MP, promover a uniformização de entendimentos e procedimentos, compartilhar boas práticas e experiências bem-sucedidas, fortalecer a integração entre os diferentes ramos do MP e potencializar a efetividade da atuação institucional na proteção ambiental.

Cada Caderno Orientativo abordará um tema específico e atual da área ambiental, contemplando contextualização do tema, marco legal e regulatório, diretrizes práticas de atuação, modelos de peças e documentos, casos práticos e jurisprudência relevante, além de referências para aprofundamento.



VOLUME 2 – COMBATE AO CRIME ORGANIZADO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA



A 15ª Publicação da Comissão de Meio Ambiente visa fornecer orientações atualizadas para o enfrentamento do crime ambiental organizado na Amazônia, promovendo a uniformização de entendimentos e procedimentos, o fortalecimento da cooperação institucional e a ampliação da efetividade da atuação do MP na proteção da floresta. O material contempla a contextualização do tema, o marco jurídico e normativo aplicável, diretrizes operacionais de investigação e persecução, modelos de atuação integrada, experiências exitosas, jurisprudência relevante e referências para aprofundamento.

CAPACITAÇÕES, OFICINAS E CURSOS



Nos dias 21 e 28 de agosto, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) e a Fundação Grupo Boticário promoveram capacitação sobre compensação ambiental, voltado a membros e servidores do Ministério Público que atuam com unidades de conservação e com a destinação de recursos oriundos da referida compensação, conforme previsto no artigo 36 da Lei nº

9.985/2000.

A iniciativa teve como objetivo nivelar o conhecimento jurídico e técnico sobre o tema e divulgar as melhores práticas e arranjos institucionais em âmbito federal e estadual, com base em estudo mais recente da Fundação Grupo Boticário/Funbio.





A instrutoria coube à professora da Universidade Federal da Bahia e especialista em Direito Ambiental, Raissa Pimentel Silva Siqueira, que possui ampla experiência prática e acadêmica na temática.

As aulas estão disponíveis no canal do CNMP no YouTube e contemplam os fundamentos jurídicos e as formas de execução da compensação ambiental, incluindo modalidades de aplicação dos recursos — direta e indireta —, mecanismos financeiros, envolvendo fundos públicos e privados, além da análise de estudos de caso e de boas práticas. Entre os exemplos abordados, destacam-se o Fundo de Compensação Ambiental Federal (Lei nº 13.668/2018) e sua gestão, o Fundo Mata Atlântica (FMA) e o Fundo de Compensação Ambiental (FCA).

Links para acesso aos vídeos dos encontros no Canal Oficial do CNMP no Youtube:

Dia 21 - <https://youtube.com/live/qQmyBOWNvog?feature=share>

Dia 28 - <https://youtube.com/live/5iHBHPD9AB0?feature=share>

PROGRAMA DIÁLOGOS AMBIENTAIS



O Programa Diálogos Ambientais ingressa em sua quinta temporada, oferecendo aos membros e servidores do Ministério Público, bem como ao público em geral, exposições mensais dedicadas a temas atuais e relevantes da agenda ambiental, por meio do compartilhamento de experiências exitosas desenvolvidas pelo

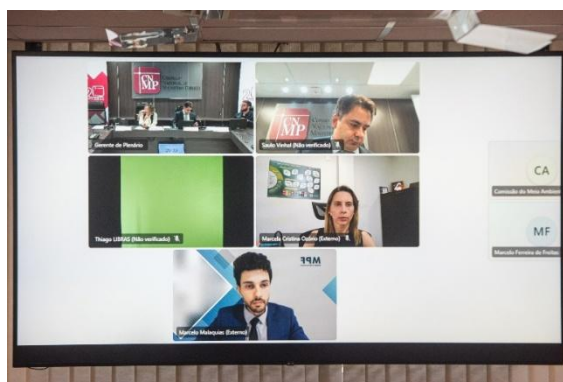


Ministério Público, por outros órgãos públicos e por diferentes segmentos da sociedade civil.



Em 18 de agosto, teve início a 5ª edição do Programa Diálogos Ambientais. Com o tema "Amazônia e Resposta Institucional", foram apresentados três projetos de destaque do Ministério Público brasileiro.

Inaugurando o primeiro episódio, os promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre, Marcela Cristina Ozório e Marcelo Ferreira de Freitas, ministraram a palestra “Gestão de Crises Ambientais e Segurança Hídrica na Amazônia: Desafios, Soluções e o Papel do Ministério Público”.



Em seguida, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, Saulo Vinhal da Costa e o analista Marlon Rodrigues, apresentaram as funcionalidades e os resultados da plataforma digital “Contra Fogo”, destinada ao combate às queimadas no estado.





Encerrando a programação do dia, os procuradores da República André Luiz Porreca Ferreira Cunha e Marcelo Malaquias Barreto Gomes compartilharam os resultados da “Operação Pronta Resposta”, conduzida pelo Ministério Público Federal.



O segundo encontro, realizado em 25 de setembro, teve como tema “Unidades de Conservação, biomas e protegidos e gestão costeira”, com as apresentações das Promotoras de Justiça Belize Câmara, do Ministério Público do

Estado de Pernambuco, e Lavínia Fragoso, do Ministério Público do Estado de Alagoas, ambas membros colaboradoras da Comissão de Meio Ambiente (CMA).



A Promotora de Justiça Belize Câmara, abordou o projeto Mais Horizontes, que tem como objetivo garantir a legalidade da gestão costeira no estado de Pernambuco.

BOLETIM INFORMATIVO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Já a promotora de Justiça do Ministério Público de Alagoas, Lavínia Fragoso, apresentou o Projeto Pró-Reservas, que prevê a isenção do pagamento dos emolumentos para a averbação de perpetuidade das RPPNs, estimulando a conservação voluntária da biodiversidade.



Conselho Nacional do Ministério Público
SAFS, Quadra 2, Lote 3. Edifício Adail Belmonte
Brasília-DF - CEP: 70070-600



(61) 3366-9263
(61) 3366-9825



meioambiente@cnmp.mp.br



No dia 3 de outubro, durante a realização do terceiro episódio de 2025, o promotor de Justiça Augusto César Matos e a assessora técnica pericial Rousyana Gomes, ambos integrantes do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), apresentaram o projeto “Terra Protegida”.



Instituído em 2024, o projeto Terra Protegida emprega recursos de inteligência artificial e geotecnologias para o enfrentamento ao desmatamento ilegal. A plataforma viabiliza o monitoramento ambiental permanente, a emissão de alertas automatizados e a produção de relatórios técnicos que dão suporte à



atuação extrajudicial e judicial dos membros do Ministério Público. Aliado a parcerias institucionais, à capacitação das equipes e à implementação de um painel digital de acesso transparente, o projeto promoveu a modernização da atuação ambiental do MPBA, afirmando-se como referência nacional na proteção da vegetação

nativa do Estado da Bahia.





O quarto encontro ocorreu no dia 30 de outubro, com o tema “Justiça climática e transição energética”.



A promotora de Justiça e diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Acre, Joana D'Arc Dias, tratou da temática da crise climática associada à violação de direitos fundamentais, destacando os desafios estruturais existentes e o papel institucional do Ministério Público.



A procuradora de Justiça do MPRJ e coordenadora do GTT Desastres e do Programa Segurança Humana-MPRJ, Denise Tarin, apresentou o projeto Morte Zero, voltado à prevenção de desastres socioambientais e à atuação extrajudicial e comunitária do Ministério Público em territórios vulneráveis. O projeto tem caráter preventivo e baseia-se no tripé comunicação, diálogo e compartilhamento de conhecimentos e experiências.



Em intervenção realizada de forma virtual, a promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte e membra colaboradora da Comissão de Meio Ambiente, Rachel Medeiros, abordou a temática da transição energética sob a ótica da justiça climática e socioambiental. Ao longo de sua exposição, destacou

diversos impactos associados a esse processo, tais como o desmatamento, a mortandade de aves, a terraplanagem de dunas, a erosão do solo e da faixa costeira, os conflitos fundiários, os prejuízos à saúde da população, o aumento do custo de vida, a geração predominantemente de empregos temporários, bem como a incidência de tributação voltada ao consumo, em detrimento da tributação sobre a geração.





O quinto episódio, ocorrido no dia 07 de novembro, trouxe especialistas nas temáticas “água, regulação e sustentabilidade hídrica” e teve como moderador convidado o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e membro colaborador da Comissão de Meio Ambiente, Roberto Carlos Batista.



O promotor de Justiça Thiago Marques, do Ministério Público do Estado do Ceará, apresentou o projeto “Seminários de Regularização das Outorgas de Uso de Fontes Naturais de Água na Cidade de Crato-CE”. A iniciativa tem a finalidade de estabelecer parâmetros mínimos de uso, reavaliar prioridades e solucionar interesses, por meio de ações de fiscalização e educação ambiental, entre os moradores da região que está inserida na Chapada do Araripe, conhecida pela quantidade significativa de mananciais.



Na sequência a promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de Goiás, Daniela Haun, apresentou o projeto “Hidrodiálogo: integração para a sustentabilidade hídrica”, que consiste em um dos eixos do Programa Compromisso Hídrico do Ministério Público goiano e tem o objetivo geral de promover a integração entre o planejamento urbano, a gestão de



recursos hídricos e a prevenção de desastres socioambientais por meio da articulação e indução de políticas públicas resilientes.



O último episódio dos Diálogos Ambientais em 2025 foi realizado no dia 04 de dezembro, tendo como temas centrais “Resíduos sólidos e inclusão socioproductiva”. O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás e membro colaborador da CMA/CNMP, Juliano Barros, foi o moderador dos debates.



A subprocuradora-geral do Trabalho Ileana Neiva Mousinho apresentou o projeto de Atuação Nacional voltado à Inclusão Socioproductiva de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, iniciativa destinada a promover o debate sobre as condições de trabalho e os principais desafios enfrentados por esses profissionais. Durante a exposição, foram tratados aspectos como a regularização das formas de contratação, a garantia de remuneração adequada e a promoção do trabalho decente.

A subprocuradora-geral do Trabalho Ileana Neiva Mousinho apresentou o projeto de Atuação Nacional voltado à Inclusão Socioproductiva de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis, iniciativa destinada a promover o debate sobre as condições de trabalho e os principais desafios enfrentados por esses profissionais. Durante a



Na sequência, os representantes do Ministério Público do Estado de Sergipe, promotores de Justiça Aldeleine Barbosa e Sandro Luiz da Costa apresentaram o projeto “Lixão Mais Não”, iniciativa voltada à formalização de pactos de preservação ambiental entre o Ministério Público e o Poder Executivo municipal, com vistas à desativação de 36 lixões em funcionamento no Estado de Sergipe.



O promotor de Justiça Sandro Luiz da Costa destacou a relevância da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) para o êxito do projeto “Lixão Mais Não”, ressaltando a atuação articulada com órgãos estaduais e federais voltada ao diagnóstico de danos ambientais.

PARCERIAS



No dia 21 de agosto, o Conselho Nacional do Ministério Público, por meio da Comissão de Meio Ambiente, formalizou **Protocolo de Intenções com o Ministério Público do Estado de Goiás**, tendo como objeto envidar os esforços necessários para divulgação, intercâmbio de informações, conhecimentos, estudos, metodologias e ferramentas com foco na Campanha Liga Cidade Limpa – Separação de Resíduos Sólidos no âmbito dos Ministérios Públicos.

A Campanha Liga Cidade Limpa – Separação de Resíduos é uma ação de educação ambiental derivada do projeto institucional Todos Pela PERS, desenvolvido desde 2021 pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), com o propósito de promover o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº



12.305/2010) e da Lei nº 11.445/2007, incentivando a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos e o encerramento dos lixões.

A iniciativa surgiu da constatação, pelas Promotorias de Justiça, de que muitos municípios ainda enfrentam dificuldades para implementar a coleta seletiva e de que a baixa adesão da população decorre, em grande parte, da falta de orientação sobre a separação e o destino correto dos resíduos.

Para enfrentar esse desafio, o MPGO elaborou material educativo e firmou o Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado de Goiás, possibilitando a produção de peças em múltiplos formatos — cartilhas, vídeos, jingles, mídias digitais, outdoors, entre outros — centradas nas “Aventuras do Super R”, gibi que ensina, de forma lúdica, a separação de resíduos. A partir do Protocolo de Intenções firmado com o CNMP, o conteúdo será disponibilizado a todos os Ministérios Públicos do país, fortalecendo a atuação institucional na promoção da gestão adequada dos resíduos e na sensibilização social.



Como desdobramento do referido Protocolo de Intenções, realizou-se, no dia 4 de dezembro, reunião virtual de apresentação nacional da Campanha “Liga Cidade Limpa – Separação de Resíduos Sólidos”.



O encontro foi conduzido pela promotora de Justiça Tarcila Santos Britto Gomes, membro colaboradora da Comissão de Meio Ambiente do CNMP, e contou com a presença dos representantes do Ministério Público do Estado de Goiás, promotor de Justiça Juliano Araújo, também membro colaborador da CMA/CNMP, e com a assessora da Superintendência de

Planejamento e Gestão do MPGO Ana Paula Bueno, que detalharam os objetivos, diretrizes e estratégias da campanha.



A reunião foi direcionada aos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Meio Ambiente de diversos Ministérios Públicos estaduais, bem como a servidores, técnicos e demais colaboradores envolvidos na temática.

Notícias relacionadas:

CNMP fortalece ações de educação ambiental com a campanha “Liga Cidade Limpa”

CNMP e MPGO firmam parceria que fortalece campanha Liga Cidade Limpa e incentiva a adesão de MPs em todo o país



O Conselho Nacional do Ministério Público, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente, formalizou, e o Serviço Florestal Brasileiro, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, assinaram, em 29 de agosto, o **Acordo de Cooperação Técnica Nº 5/2025/2025-SFB**, tendo como objeto viabilizar a conjugação de esforços entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no intercâmbio de conhecimentos, de informações, de experiências para o desenvolvimento de ações destinadas ao fortalecimento mútuo da gestão florestal, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo, mediante a conjugação de esforços dos partícipes.

Espera-se, com a celebração da parceria, promover benefícios mútuos ao cumprimento das respectivas missões institucionais. De um lado, o Ministério Público brasileiro, no desempenho de sua função constitucional de defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais; de outro, o Serviço Florestal Brasileiro, na execução de sua política de concessões florestais, essencial à preservação ambiental e à geração de emprego e renda para as populações tradicionais que vivem no entorno das Florestas Nacionais (Flonas).

